

# Cadernos Espinosanos



**ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII**

n. 43 jun-dez 2020 ISSN 1413-6651

IMAGEM Detalhe de *Praça Dam*, 1668, óleo sobre tela por Jan van der Heyden, um dos principais pintores de cenas urbanas da Idade de Ouro Holandesa. A Praça Dam é historicamente um dos locais mais famosos e importantes de Amsterdam e da Holanda.

## ESTUDOS CARTESIANOS NO BRASIL: 2016–2019

Trazemos nesta presente edição seis resenhas de livros de e sobre Descartes, abarcando diversos temas de suas obras, publicados entre 2016 e 2019. Embora não se pretenda exaustiva, ela busca traçar um retrato do estado atual dos estudos cartesianos no Brasil. Dos livros resenhados, há duas traduções: a primeira tradução integral do *Discurso do método & Ensaios* para o português, em uma tradução organizada por Pablo Rúben Mariconda, e a tradução inédita do clássico livro de Martial Gueroult, *Descartes e a ordem das razões*. Os demais são de pesquisadores brasileiros, e abordam os mais diversos temas da filosofia de Descartes, como a metafísica (*Indiferença de Deus e o mundo dos humanos segundo Descartes*, de Ethel Rocha), a física e a moral (*Sobre a generosidade* e *A ciência em Descartes*, ambos de Érico Andrade) e a escrita (*Descartes e o ódio à escrita*, de Ulysses Pinheiro).

Essa coletânea pretende ser a primeira de uma série de coletâneas temáticas, constituídas por resenhas breves, que ambicionam divulgar a produção recente sobre a filosofia seiscentista publicada nos últimos anos em língua portuguesa. Esperamos que elas contribuam para fomentar o debate e a circulação das obras entre as pesquisadoras e os pesquisadores do pensamento do século XVII e para apresentá-las ao público em geral.

*Os editores*

INDIFERENÇA DE DEUS E O MUNDO DOS HUMANOS  
SEGUNDO DESCARTES, DE ETHEL ROCHA

Sacha Zilber Kontic  
Doutor, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil  
szkontic@gmail.com

ROCHA, E. M. *Indiferença de Deus e o mundo dos humanos segundo Descartes*.  
Curitiba: Kottter Editorial, 2016.

Dentre os grandes temas da metafísica cartesiana, a tese da livre criação das verdades eternas talvez seja um dos menos explorados pela tradição de comentários. Isto não é algo fortuito. Descartes não parece ter desejado que ela tivesse um papel de destaque em seus escritos. Ela é explicitada sobretudo em sua correspondência, e, nas obras publicadas em vida, a livre criação das verdades eternas é mencionada explicitamente apenas uma vez, a saber, nas respostas às objeções que Arnauld dirige às *Meditações*. Em seu livro, Ethel Rocha pretende não somente recuperar a importância dessa tese, mas sobretudo torná-la uma chave de leitura para

o pensamento de Descartes, buscando suas consequências mesmo onde o filósofo francês não as reivindica explicitamente.

Para tanto, a autora defende uma leitura forte da tese cartesiana. Segundo ela, Descartes não se limita a afirmar que Deus é de tal modo livre para criar as verdades eternas que ele poderia ter feito que  $2+2$  não fosse igual a 4, ou que o princípio de não contradição não se aplicasse. Defendendo uma interpretação mais radical desta tese, Ethel Rocha afirma que, para Descartes, Deus não somente *pode* criar verdades eternas distintas daqueles que ele criou, mais também que ele efetivamente e necessariamente, as cria. Haveria então uma desconexão entre, por um lado, o conhecimento finito que os homens podem possuir do mundo, visto que nossas mentes são criadas de tal modo que não podemos conceber verdades contraditórias, e, por outro, o conhecimento e a criação do mundo por Deus. Esta leitura, como a autora não deixa de destacar, implica uma releitura da função da veracidade divina no interior do pensamento de Descartes e, em particular, do projeto das *Meditações*.

O livro é dividido em três seções. A seção 1 se dedica à análise dos argumentos centrais de Descartes para afirmar que Deus é capaz de criar coisas que percebemos como contraditórias. O núcleo do argumento cartesiano é bem conhecido: Deus cria livremente todas as coisas, todas as verdades e, dentre elas, todos os princípios matemáticos e lógicos. O foco da autora repousa, contudo, sobre um ponto específico dessa tese, a saber, o que significa a afirmação de que Deus poderia ter criado as coisas e as verdades diferentemente? Ethel Rocha explora as afirmações de Descartes a respeito da infinidade divina para compreender o estatuto próprio daquilo que para nós é impensável, mas que não é impossível do ponto de vista divino. Sua análise a leva a afirmar que há três instâncias

nas quais Deus pode criar livremente as verdades: 1) como parte de Sua essência, 2) como uma verdade instanciada no mundo criado, 3) como verdades criadas na mente humana, isto é, como ideias inatas. Temos algumas experiências dessas verdades instanciadas que não correspondem a ideias claras e distintas no intelecto, das quais a união substancial seja talvez a mais notável. Mas nada impede, afirma a autora, que possa ou mesmo deva haver outras das quais sequer temos experiência, e que são para nós como um mundo misterioso fora de nosso alcance.

A seção II tem como objeto a tese cartesiana da autocausação de Deus, isto é, de Deus como *causa sui*, que Descartes introduz em suas respostas às objeções de Caterus e de Arnauld. Conformemente a sua leitura forte da tese da livre criação das verdades eternas, a autora defende que a autocausação divina não é apenas sua consequência, mas também a sua garantidora. A análise pormenorizada dessas duas respostas mostra que, mesmo que Descartes se apoie em sua concepção de causa eficiente para fundamentar a noção de Deus como *causa sui*, ele depende igualmente da noção de que Deus é a causa de todas as verdades e de todas as essências em si próprio. Como em Deus não há partes, é forçoso admitir, como mostra com clareza a autora, que ele cria a si mesmo ao criar todas as verdades e todas as essências, isto é, que a livre criação das verdades e a autocausação são um mesmo ato.

A seção III, por sua vez, aborda uma das principais dificuldades que se seguem de uma tal interpretação da tese da livre criação das verdades eternas: se Deus pode criar verdades que nos escapam, qual é então o papel da veracidade divina que Descartes tanto se esforça para demonstrar nas *Meditações*? Ethel Rocha recusa uma leitura simplista que colocaria Descartes como um defensor de uma racionalidade capaz de acessar uma

verdade objetiva absoluta por meio de ideias claras e distintas. A partir da análise das duas primeiras meditações, a autora defende que a razão que é colocada em dúvida não pode ser identificada peremptoriamente com a razão em geral, mas antes com a razão tal como ela era concebida pela escolástica, isto é, uma razão que recorre à experiência e, no caso das ciências puras, à abstração. O que é colocado em questão por Descartes ao defender a certeza das ideias claras e distintas não seria então uma correspondência entre as ideias e a verdade absoluta. No seu lugar, as ideias claras e distintas seriam verdades indubitáveis segundo princípios racionais para o ser racional finito, mas não necessariamente verdades que encontram uma correspondência no mundo criado ou na substância divina. Isso basta para que essas ideias garantam a indubitabilidade, *para nós*, daquilo que independe dos sentidos, tal como a matemática e a geometria. O que se garante com a veracidade divina é assim um certo uso da razão, independente dos sentidos, que se constitui como conhecimento para o ser racional finito.

Riguroso e detalhista, o livro de Ethel M. Rocha propõe uma leitura da tese da livre-criação das verdades eternas na qual ela se encontra no centro da concepção cartesiana de conhecimento. Centralidade que por sua vez implica em uma distinção radical entre a verdade das ideias claras e distintas (o conhecimento humano) e toda verdade, ou então a verdade concebida em termos absolutos, que não é limitada pelo princípio de não contradição (o conhecimento divino). Mais do que uma contribuição para o debate sobre essa difícil tese, Ethel Rocha propõe um deslocamento do próprio eixo de gravidade do cartesianismo, e em especial do projeto das *Meditações*: da identificação entre a verdade e o conhecimento certo e indubitável, passa-se à questão de legitimar um conhecimento próprio à mente finita ou ao “mundo dos humanos”.

DESCARTES SEGUNDO A ORDEM DAS RAZÕES,  
DE MARTIAL GUEROULT

Beatriz Laporta<sup>1</sup>

Mestranda, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

laporta.beatriz@gmail.com

GUEROULT, M. *Descartes segundo a ordem das razões*. Trad. Érico Andrade (coordenador), Enéias Forlin, Marisa Donatelli, César Battisti e Alexandre Soares. Revisão técnica: Luís César Oliva. São Paulo: Discurso Editorial, 2016.

Tarefa difícil essa de, em tão poucas páginas, escrever sobre *Descartes e a ordem das razões* de Martial Gueroult. Difícil não só porque o livro é um dos mais famosos comentários sobre uma das principais obras da história da filosofia francesa, as *Meditações Metafísicas* de René Descartes, ou por ele ter mais de 800 páginas, mas também por ser em si um monumento. É sabido que esse livro é um extenso comentário da principal publicação sobre a metafísica cartesiana e, por isso mesmo, por

1 Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2019/04830-4

ele ser tão extenso, seria impensável aqui retomar o caminho feito por Gueroult. Por mais que seja tentadora a riqueza do discurso, o foco é comemorar que desde 2016 temos a tradução para o português feita pelos professores Éneias Forlin, Marisa Donatelli, César Battisti e Alexandre Soares, coordenada por Érico Andrade e publicada pela editora Discurso Editorial.

Tal como dizemos com segurança que as seis *Meditações* constituem uma obra monumental para o estudo de filosofia, afirmamos sem dúvida que esta obra gueroultiana não fica atrás. E, ao mesmo tempo que concordamos com a importância de bem compreender as *Meditações*, enxergamos o trabalho excepcional que Gueroult fez sobre essa tarefa e, dito isso, a igual importância de uma tradução séria e comprometida feita aqui no Brasil. Ora, é um trabalho tão rico e minucioso que não poderia ser outra a obra escolhida pelos professores para ser traduzida. Fato interessante ainda é que a tradução que aqui temos é a única feita para o português de um livro do Gueroult.

Sessenta e três anos se passaram entre a primeira edição francesa e essa primeira tradução brasileira que segue a mesma estrutura da original, isto é, é dividida igualmente em duas partes intituladas “A alma e Deus” e “A alma e o corpo”. No sumário analítico, cada parágrafo é apresentado por um título que resume o que ele traz. Cada parte (a primeira é dedicada às 5 primeiras *Meditações* e a segunda somente à sexta) é dividida em diversos capítulos e, cada capítulo, em parágrafos intitulos. Assim, mais do que dizer que Gueroult vai linha a linha, dizemos que ele vai letra a letra.

Gueroult foi o autor de diversas obras sobre filosofia, se concentrando prioritariamente na história da filosofia moderna (séc XVII) e

tendo se tornado referência para vários estudiosos da filosofia cartesiana, principalmente pela sua paixão pela sistematicidade, traço que se destaca em sua trajetória. Mas por que dizemos que *Descartes segundo a ordem das razões* é uma obra monumental? Além do que foi dito, elencamos que Gueroult traz claramente não só o problema analítico-filosófico posto, a saber, “a análise objetiva das estruturas da obra, no caso, das *Meditações*, que contêm o essencial da metafísica cartesiana [...]” (GUEROULT. 2016. p. 11), como também o lugar de onde parte dentro da fortuna crítica de comentadores cartesianos, isto é, ele mostra com quem debate, qual é o seu objetivo, e lembra também das regras para ser um bom historiador de filosofia. Enquanto historiador da filosofia, Gueroult se opõe ou se alia a outros que discutiram o mesmo assunto, conceito, estrutura ou filósofo, reinventando e criticando o que já foi escrito. Gueroult segue à risca as “regras de bom senso que devem impor-se a todo historiador” apresentadas brevemente por Descartes em uma carta a Voetius, a saber, que é do corpo inteiro da obra que podemos extrair “o fruto precioso”, e não de pensamentos soltos. Não temos receio em ver seu mérito em seguir o que se propôs a fazer enquanto historiador da obra cartesiana.

O notável nessa obra é o amor que Gueroult tem pelo método. Trazendo as próprias palavras do autor para justificar isso, mostramos que ele – o método- é mesmo tão incomparável que é “preferível inicialmente interrogar-se sobre seu método, para ver se ele convém” em vez de “reivindicar para si- o que é humano, mas irrisório – a exclusividade da verdade”, pois “por aí, ao menos, colocar-se-ia uma questão cartesiana [...]” (GUEROULT. 2016. p. 12). Porém, qual será esse método? Ora, ele será “analisar as estruturas da obra”. E é isso que Gueroult vai buscar em todo o seu comentário. E como o fará? Responde ele, “é preciso então, antes de tudo, colocar a nu essa *ordem das razões* que, aos olhos de

Descartes, é a condição *sine qua non* do valor de sua doutrina” (GUEROULT. 2016. p.13). Dessa forma, somos obrigados a ver tamanho esforço e comprometimento desse comentador.

Se é por meio da descoberta das estruturas que temos a demonstração, e somente por meio dela que temos filosofia, vemos que o comentário de Gueroult é mais que isso- um comentário- ele é mesmo um questionamento filosófico próprio. Diz o autor sobre as *Meditações* que “[a] demonstração combina os meios lógicos aos meios arquitetônicos. A arquitetônica é o que aproxima a obra filosófica da obra de arte.” (GUEROULT. 2016. p. 11). Assim, da mesma forma que Gueroult estava falando das *Meditações*, podemos dizer que seu comentário é uma obra de arte.

SOBRE A GENEROSIDADE: CERTEZA, AÇÃO E PAIXÃO  
NA ÉTICA CARTESIANA, DE ÉRICO ANDRADE.

Abel dos Santos Beserra  
Mestrando, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil  
abel.beserra@usp.br

ANDRADE, É. *Sobre a generosidade: certeza, ação e paixão na ética cartesiana*. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

Érico Andrade, em *Sobre a generosidade: certeza, ação e paixão na ética cartesiana*, promove uma análise tanto rigorosa quanto inovadora de Descartes. O autor enfrenta, ao longo de cento e cinquenta páginas, questões difíceis e cuja interpretação não é consensual entre os estudiosos do legado cartesiano. Ele, aliás, está plenamente consciente disso, como aponta sua observação sobre um possível *anacronismo*, pois: se, por um lado, talvez seja inevitável incorrer em algum anacronismo ao renovar a leitura de um filósofo clássico, por outro lado, este risco pode renovar seu pensamento ao articulá-lo a inquietações do tempo presente (p. 116). Ao final dos três capítulos do livro temos certeza de que sua leitura foi

bem sucedida. Não por ter oferecido uma resposta última aos problemas suscitados pelo último texto de Descartes, *As Paixões da Alma*; tampouco por meramente reciclar o longo embate sobre a sexta *Meditação* que atravessou o horizonte seiscentista e chegou à contemporaneidade.

Nesse quadro, uma das teses mais importantes a que chega Andrade (p. 117) na terceira parte de seu trabalho é a de que as ideias originalmente formuladas por Descartes sobre a ética podem ser aproximadas da *ética do cuidado*, elaborada a partir do final do século XX, sobretudo, embora não somente, por pensadoras feministas. A relação entre um filósofo moderno e as perguntas da atualidade não é, como se poderia pensar, arbitrária, além de exigir mediações. E essas relações são exatamente o que a argumentação de Andrade consegue explicitar por meio de um determinado entendimento do conceito cartesiano de *generosidade*. Cabe ainda enfatizar que a proximidade defendida na última parte da obra entre a *ética do cuidado* e a *ética cartesiana* se alicerça nos capítulos precedentes.

No primeiro capítulo Andrade discute como Descartes propõe que o ser humano possa ter *certeza* e ressalta que se trata de um processo inscrito na *ordem das dificuldades* (p. 49). Nesse processo, seria um erro tomar a *certeza metafísica* como modelo para a *certeza moral*. Posto que o campo prático, referente à *união da alma e do corpo*, exige uma investigação em termos diferentes: tanto daqueles de um entendimento puro, como opera na ordem das razões das *Meditações*; quanto implicados no funcionamento mecânico dos corpos, como ocorre nos textos cartesianos sobre a física.

Por sua vez, no segundo capítulo, o autor argumenta que a redução do corpo a um conjunto de comandos fisiológicos também não se

sustenta (p. 82), pois isso ignoraria a própria condição humana de um *corpo extenso* que se encontra unido a uma *alma pensante*. Nesse sentido, apenas a adequada consideração sobre as *paixões* poderia conduzir a alguma *certeza* no campo das ações humanas. Desse modo, o ser humano conseguiria *administrar suas paixões* (p. 106): quer pela *troca* de uma paixão indesejada por outra mais condizente com a avaliação da razão sobre qual é a melhor ação disponível para a vontade; quer pela *pulverização* dos objetos que evocam uma paixão, ampliando as chances de que uma ação eficaz a realize, dada a maior diversidade de meios para sua efetivação.

Em todo caso, tudo isso assume e reitera uma certa compreensão do conceito de *vontade*, segundo a qual esta deve ser: *submetida* (p. 44); *subordinada, constrangida e vinculada* (p. 45); *circunscrita* (p. 46); ou, ainda, *forçada* (p. 52). O inventário dos termos revela um problema, não de Andrade, mas relativo aos conceitos cartesianos: a *vontade* é inteiramente livre, mas deve assentir ao que lhe apresenta o entendimento, sob pena de conduzir ao *erro formal*, com uma ação pautada no *obscuro e confuso*, ao invés do *claro e distinto*, nos termos da quarta *Meditação* cartesiana. Ora, a própria possibilidade do *erro formal* citado por Descartes arquiteta a dificuldade da tomada de decisão, da *certeza*, relativa à esfera moral. Afinal, o campo da *união da alma e do corpo* remete não ao *claro e distinto*, mas sim ao *obscuro e confuso*. E Andrade enfrenta esta tensão interna ao texto cartesiano delimitando o campo de *ação da vontade* a partir do que lhe prescreve o *entendimento* (p. 96 - 97). É nessa direção que sugere, no caso de duas paixões disputarem o *protagonismo*, que o entendimento *desempate* a situação (p. 101). Não deixa de ser uma saída, mas é preciso reconhecer que se trata de um ponto delicado do cartesianismo, porque *a clareza e a distinção*, através da qual a razão pode chegar a uma *certeza* indubitável, não está presente no âmbito prático da *união da alma e do corpo*. Ademais,

é possível perguntar se a própria vontade não poderia entrar em conflito com ela mesma ao perseguir simultaneamente dois objetivos opostos. Nesse ponto, não parece existir resposta imediata em Descartes.

Cumprе salientar que Andrade não se omite diante destes elementos problemáticos em Descartes e procura uma resposta na defesa do *critério* para o acerto e o erro não poder ser idêntico ao da *certeza metafísica*, devendo ser obtido por meio da *prática*. Dado que as paixões não teriam *valor moral intrínseco*, sendo preciso verificar se são boas ou más conforme um *projeto de vida singular* (p. 94). A ética cartesiana, nesse cenário, se distanciaria de outras propostas, como a estoica ou a fisicalista. Pois ainda que devido à bondade divina, nos termos da sexta *Meditação*, todas as *paixões* sejam boas, é sempre necessário verificar racionalmente sua adequação ou inadequação ao projeto específico de uma *boa vida*, de uma *vida feliz* (p. 99). É a *finalidade* ou a *intenção* implicada neste projeto (p. 73 - 74) que organiza e singulariza a experiência humana de ser um *corpo unido a uma alma*. Logo, uma ética estritamente *formal* ou *a priori* não é justificável pela letra cartesiana.

Em suma, Andrade estabelece com sucesso que as paixões seriam propriedades cognoscíveis apenas no e pelo *composto alma e corpo* (p. 77). Por seu turno, isso torna a *generosidade* uma paixão cardeal para entender a ética em Descartes, pois é ela que melhor descreveria um *bom uso da vontade* pelo ser humano (p. 129). O autor não ignora o aspecto virtuoso da *generosidade*, pelo contrário, mas sua posição na terceira parte do livro é declaradamente contrária a interpretações como a de Shapiro (2011), que aproxima Descartes de uma *ética das virtudes*, e parece dar maior relevo à *generosidade* enquanto uma paixão. Pois a *atenção ao outro* e o *altruísmo*, marcantes na *generosidade*, permitem a Andrade postular com êxito que a

abordagem cartesiana pode ser aproximada da *ética do cuidado* (p. 133), no que pesem suas diferenças.

Portanto, é notável o esforço de *Sobre a generosidade* em responder a uma dúvida capital, retomada por Andrade (p. 13): “*Quod vitae sectabor iter?* [Qual caminho de vida seguir?]” (DESCARTES, 1901, AT, x,p. 183). Segundo Rodis-Lewis (1996, p. 65 - 66), esta questão consta em uma passagem onírica ocorrida entre 1619 e 1621 que foi recuperada dos escritos cartesianos, junto a outros sonhos, e compilada sob o nome de *Olympica*. O então jovem Descartes depara-se com um verso presente no *corpus poetarum*, o início do *Idílio XV* de Ausônio, conhecido por ele desde o colégio La Flèche. Andrade cita esse excerto na abertura de seu livro, que muitos consideram sintetizar os objetivos de Descartes e da própria filosofia moderna, e defende que ela é a ponte entre o pensamento cartesiano e o contemporâneo. Afinal, *que vida merece ser vivida?* Nos termos do autor: uma *vidagenerosa*. A tese solidamente tecida por ele propõe um diálogo entre a *ética cartesiana* e a *ética do cuidado*, um caminho potente para responder a uma pergunta que já interpelava o jovem Descartes e que continua a nos interrogar.

#### REFERÊNCIAS

- DESCARTES, R. (1901). *Œuvres de Descartes* - Vol VII e XI. ADAM, C.; TANNERY, P. (Ed). Paris: Léopold Cerf.
- RODIS-LEWIS, G. (1996). *Descartes - a biografia*. Trad.: F. Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget.
- SHAPIRO, L. (2011). *A ética de Descartes*. In: BROUGHTON, J.; CARRIERO, J. *Descartes*. Trad.: L. Levy e E. Rocha. Porto Alegre: Penso.

*A CIÊNCIA EM DESCARTES: FÁBULA E CERTEZA,*  
DE ÉRICO ANDRADE

Sacha Zilber Kontic  
Doutor, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil  
szkontic@gmail.com

ANDRADE, É. *A ciência em Descartes: fábula e certeza*. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

A ideia de que a ciência possa ser compreendida como uma fábula certamente não é das mais apazíveis para muitos cientistas, e parece inusitada quando aplicado a um pensador tão preocupado com a certeza como é o caso de Descartes. Mas é justamente essa analogia, tirada de uma carta de Descartes a um de seus correspondentes, que constitui o fio condutor escolhido por Érico Andrade para introduzir o pensamento científico cartesiano. Retomando de forma clara, concisa e didática temas que o autor desenvolveu ao longo de suas pesquisas e que publicou em diversos artigos, esse pequeno livro oferece uma introdução aos fundamentos da concepção de ciência desenvolvida por Descartes.

Érico Andrade privilegia primeiras obras de Descartes, em especial as *Regras para a direção do espírito* e *O Mundo ou o tratado da luz* (essa última objeto de uma criteriosa tradução publicada pelo autor em 2008), sem deixar de recorrer aos escritos posteriores quando necessário. A escolha dessas obras em detrimento de outras traz um grande benefício, que é o de expor a própria gênese do pensamento científico cartesiano – gênese que, por sua vez, tem sua origem tanto em preocupações propriamente científicas quanto em questionamentos metodológicos e metafísicos. Isso fica claro desde o primeiro capítulo, no qual segue passo a passo o desenrolar das *Regras* para mostrar como a busca pela certeza nas ciências conduz Descartes à noção de uma disciplina universal (*mathesis universalis*) fundada no binômio *ordem e medida*. A análise do texto cartesiano deixa claro que não se trata de fundar um método conforme aos objetos da ciência, mas, inversamente, buscar na natureza da razão humana os fundamentos de um conhecimento que se quer certo e seguro.

Contudo, é certo que sem um fundamento metafísico que garanta a imutabilidade da natureza a razão não pode por si mesma fundar a ciência. Para esclarecer este ponto, o autor volta sua atenção no segundo capítulo ao papel da metafísica na fundamentação da física cartesiana. O seu foco é no modo como, por um lado, Deus se estabelece como o elemento garantidor da imutabilidade das leis da natureza e, de outro, como a compreensão dos corpos como extensão – isto é, como largura, comprimento e profundidade – permite o estabelecimento de uma física fundada na ordem e na medida. Por fim, aborda o estatuto das hipóteses na ciência cartesiana, ponto fundamental para compreender a caracterização da ciência como uma fábula.

O terceiro e último capítulo aborda alguns dos principais resultados do modo como Descartes fundamenta a sua ciência, tal como a sua

teoria da luz, do movimento, dos vórtices, entre outros. Ao apresentar essas teses de modo claro e didático, o autor elucida teses da física cartesiana que, por sua distância temporal e aparente estranheza, são difíceis de compreender até mesmo para estudiosos do período. Embora não seja exaustiva, a análise desses exemplos permite traçar um retrato da ciência cartesiana em seus resultados concretos. Érico Andrade não deixa de ressaltar também a importância da experiência para confirmar e, se for o caso, corrigir suas teses. A imagem da ciência cartesiana que emerge não é a de uma doutrina estática, mas sim a de uma ciência que busca sempre a hipótese mais sólida para explicar os fenômenos físicos, recorrendo tanto aos conhecimentos claros e distintos quanto à confirmação dessas explicações pelas experiências.

O caráter introdutório do livro impede que ele seja uma análise rigorosa do que é para Descartes uma explicação científica, explicitando seus pressupostos e expondo os seus principais resultados. Mais do que se poderia esperar de uma mera introdução, Érico Andrade apresenta de modo conciso todos os elementos fundamentais que permitem uma compreensão do projeto científico cartesiano. Isso faz deste pequeno livro uma contribuição essencial para os estudos cartesianos no Brasil, sendo de interesse tanto para os leitores que começam a se aventurar nas obras de Descartes, seja para seus leitores mais avançados.

DISCURSO DO MÉTODO & ENSAIOS,  
DE RENÉ DESCARTES

Gabriel Frizzarin de Souza<sup>2</sup>

Mestrando, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

[gabriel.frizzarin.souza@usp.br](mailto:gabriel.frizzarin.souza@usp.br)

DESCARTES, R.(2018). *Discurso do Método & Ensaios*. Organizado por Pablo Rubén Mariconda; traduzido por César Augusto Battisti, Érico Andrade, Guilherme Rodrigues Neto, Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli, Pablo Rubén Mariconda, Paulo Tadeu da Silva. São Paulo: Editora Unesp.

Em 1637 vem a lume um conjunto de quatro ensaios reunidos sob o título de *Discurso do método para bem conduzir a própria razão e procurar as verdades na ciência, mais A dióptrica, Os meteoros e A geometria que são ensaios desse método*, conjunto assinalado amiúde como um marco para a constituição da ciência moderna. Se, por um lado, ninguém ignora o ensaio introdutório de seis partes no qual se discorre sobre o método, cumpre recordar, por outro lado, que a ele se seguem imediatamente dez discursos responsáveis por compor o ensaio *A dióptrica*, que apresenta

<sup>2</sup> Este trabalho teve o apoio da FAPESP (2019/27118-8).

estudos sobre a natureza da luz e suas propriedades de reflexão e refração, estudos sobre a anatomia do olho humano e a fisiologia da visão e, ainda, estudos técnicos acerca da produção de instrumentos ópticos. Seguem-se, então, outros dez discursos do ensaio *Os meteoros*, cujo escopo temático consiste em descrever a natureza da matéria e os corpos em geral, bem como em explicar o funcionamento de determinados corpos, enveredando por um esclarecimento acerca de fenômenos ópticos, como o arco-íris. E se seguem, finalmente, mais três livros responsáveis por compor o ensaio *A geometria*, voltado à resolução de equações e à produção de curvas correspondentes. Eis, então, que a presente edição traz à língua portuguesa a tradução do *Discurso do Método* e dos três ensaios que originalmente o acompanhavam, restituindo o texto integral tal como publicado em 1637 e oferecendo ao público notas explicativas à obra cartesiana; tradução e comentário resultantes do trabalho coletivo de um grupo de pesquisadores e professores universitários.

Em sua esclarecedora introdução, Pablo Rubén Mariconda resume a problemática envolvida na publicação fragmentada de *Discurso e Ensaios* e revela a significação do projeto de tradução integral da obra. Ao ocasionar certas distorções (supor que o método precisa de fundamentação metafísica, desconsiderar o caráter técnico do método e minimizar o seu alcance prático), a fragmentação tem como consequência não somente romper a inteligibilidade do conjunto da obra, como também transgredir a própria intenção de Descartes, que visava a publicar o *Discurso do Método* como uma introdução aos ensaios. Com efeito, Mariconda resgata uma carta de Descartes enviada a Mersenne, em março de 1637, para recuperar o propósito do autor naquele momento em que a obra acabava de ser impressa: à diferença de um tratado, o *Discurso do Método* deve ser entendido como prefácio ou advertência concernente ao

método, para mostrar que não se deve ensiná-lo, mas falar dele, pois ele consiste mais na prática do que na teoria, razão pela qual os três ensaios que se seguem são nomeados justamente ensaios *desse* método. Fiel ao propósito cartesiano em 1637, Mariconda lança luz sobre o projeto a que se liga *Discurso & Ensaios* e neutraliza as distorções provenientes da fragmentação, uma vez que reconsiderar o conjunto da obra permite entender que os ensaios são resultados alcançados mediante a aplicação de uma “heurística racional concernente ‘à ordem e à medida’ – exposta nas partes I a IV do *Discurso* – que permite chegar a resultados na perspectiva de uma unificação das ciências” (p. 17). É exatamente o empreendimento de reconsiderar a totalidade da obra que justifica a presente tradução, cujo significado mais profundo está em retomar a expressão do projeto original de Descartes em 1637, projeto de uma unidade e universalidade da ciência e da técnica por meio do método. Como defende Mariconda:

meu propósito aqui foi alertar o leitor para a unidade de *Discurso & Ensaios*, que, ao reunir pesquisas médicas, ópticas e matemáticas, mostra exemplos de aplicações do método proposto por Descartes e congrega o conjunto de aquisições da filosofia prática cartesiana, a qual se assenta na unidade metodológica das ciências e das técnicas (p. 60).

Na esteira dessa proposta que oferece a interessante perspectiva de restabelecer a integralidade de *Discurso & Ensaios*, inclusive com as advertências e os sumários originais, é importante destacar que a tarefa de tradução teve como objetivo primordial a fidelidade textual, de modo que a principal diretriz adotada consistiu em manter o texto em português o mais próximo possível do original francês, utilizando para tanto o volume VI da edição de obras completas de Descartes, editada por Charles Adam e Paul Tannery. Talvez não seja fora de propósito

considerar que a maior dificuldade dessa empreitada esteve no processo de uniformização dos textos, em dois sentidos: em primeiro lugar, os tradutores procuraram manter em português o sentido do texto cartesiano e, ao mesmo tempo, respeitar as variações de estilo de redação, já que muitas das linhas que compõem *Discurso e Ensaios* decorreram do remanejamento e da reescrita de obras anteriores, tais como as *Regras para a direção do espírito* e *O mundo ou tratado da luz*. Em segundo lugar, os textos de *Discurso e Ensaios* estiveram a cargo de diferentes tradutores, o que implicou um rigoroso trabalho de revisão e uniformização da redação em português. É igualmente importante ressaltar a atividade coletiva que resultou nas notas explicativas, responsáveis por fornecer ao leitor instrumentos preciosos para compreender a letra do texto cartesiano, bem como para situá-lo à roda da fortuna interpretativa. As notas iniciais de cada um dos ensaios oferecem um panorama de composição da obra, colocando o leitor em posse do percurso expositivo do texto, de sua organização temática e dos conteúdos centrais que o estruturam. As notas contextuais, por sua vez, permitem esclarecer aspectos importantes dos temas tratados, utilizando para isso excertos das obras de Descartes em que o mesmo assunto é abordado: exemplo disso é a segunda nota do primeiro discurso do ensaio *Os meteoros*, que aproveita a apresentação da teoria sobre a natureza da matéria e a composição dos corpos para expor um quadro de referências da mesma teoria em outras obras cartesianas, como nos outros ensaios do método, na correspondência, em *O mundo ou tratado da luz* e nos *Princípios da filosofia*. Nutrindo por completo os estudos de *Discurso e Ensaios*, a presente edição contempla ainda notas críticas que visam a apresentar as principais interpretações das teses cartesianas, sugerindo até mesmo uma bibliografia para o aprofundamento dos assuntos: esse é o caso da nota sete do primeiro livro do ensaio *A*

*geometria*, na qual se discute o procedimento de Descartes proposto nesse ensaio e a sua relação com a tradição de análise dos antigos.

De maneira geral, a tradução e o comentário de *Discurso & Ensaios* colocam os leitores de língua portuguesa às voltas com a obra de 1637, abrindo uma via para explorar o estado do projeto cartesiano naquele exato momento. Sem dúvida existem controvérsias relacionadas à coesão do conjunto da obra, alegações de que a leitura do *Discurso do Método* e dos três ensaios informa precariamente o que seria, em Descartes, o método de descoberta (como diz Alquié em sua introdução às obras), ou insinuações de que, entre os ensaios, somente alguns demonstram a excelência do verdadeiro método (CF. CARTA A MERSENNE, FIM DE DEZEMBRO DE 1637; CF. CARTA A P. VATIER DE 22 DE FEVEREIRO DE 1638). Mas importa notar que problemas como esses só podem se tornar matéria de pensamento graças à tradução integral da obra e ao comentário de sua publicação original. Assim, fica claro que a grande contribuição desta edição consiste em fazer conhecer o conjunto de *Discurso & Ensaios* e auxiliar o público a compreendê-lo em sua ordem, convidando os leitores a refletir sobre a apresentação do método no *Discurso* e os resultados obtidos de sua aplicação nos *Ensaios*, sobre a dióptrica e a técnica, sobre os meteoros e as explicações mecanicistas, bem como sobre a geometria e o aporte de uma prática. Trata-se, numa palavra, de recuperar um quê do brilho que irradiou o aparecimento do conjunto da obra em 1637. Completa, rigorosa e instrutiva, a presente edição comentada da tradução de *Discurso & Ensaios* torna-se referência valiosa aos estudos cartesianos.

DESCARTES E O ÓDIO À ESCRITA,  
DE ULYSSES PINHEIRO

resenha de Sacha Zilber Kontic  
Doutor, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil  
szkontic@gmail.com

PINHEIRO, U. *Descartes e o ódio à escrita*. Curitiba: Koter Editorial, 2019.

O livro de Ulysses Pinheiro busca analisar um tema pouco desenvolvido nos comentários à obra de Descartes, a saber, a própria atitude de Descartes frente à escrita e, em especial, frente aos limites que sua própria filosofia impõe ao ato de escrever. Seu ponto de partida é a constatação presente na sexta parte do *Discurso do Método* na qual o filósofo francês afirma possuir uma tal inclinação que o levou a sempre odiar o ofício de fazer livros. No lugar de atribuir essa afirmação a uma mera idiosincrasia de Descartes ou a uma observação despropositada, Ulysses Pinheiro propõe tomar este ódio à escrita como uma chave de leitura para a obra cartesiana como um todo. Desse modo, o discurso

que Descartes elabora sobre a sua própria obra ganha uma relevância tão grande, ou talvez maior, do que a própria doutrina exposta.

Ulysses Pinheiro exclui de partida alguns dos recursos mais usuais para abordar o tema da escrita cartesiana, como uma análise biográfica, psicológica ou até mesmo histórica. Também é dispensada a análise propriamente estilística das famosas frases longas, ou a complexa relação de Descartes com a retórica clássica. Em seu lugar, o que é colocado em questão é o modo como Descartes se refere à sua própria obra em seus escritos. Referências que possuem uma dupla função: por um lado explicitam o limite que Descartes estabelece à sua própria filosofia, descrevendo em quais temas ele pode ou não se alongar ou se aprofundar, e por outro fazem emergir do texto uma figuração do próprio autor, que se põe a refletir sobre o seu próprio texto. É ao tematizar esses limites que Descartes impõe à sua própria escrita e, de modo geral, à sua filosofia, que se torna possível, segundo Ulysses Pinheiro, compreender como o ato da escrita pode ser apresentado sob o signo afetivo do ódio.

O livro é dividido em quatro capítulos. Os três primeiros dedicam-se a três destes limites que Descartes estabelece para a sua própria escrita. O primeiro se debruça sobre o que é talvez o tema no qual a filosofia cartesiana encontra o seu mais claro e mais explícito limite, a saber, a teologia. O autor busca, pela análise a noção de vontade e de sua relação com debates entre o jansenismo e o molinismo, os motivos do silêncio do filósofo sobre a questão da graça, para a qual é instigado continuamente por seus objetores a explicar. A filosofia encontra aqui seu limite no caráter infinito da liberdade cartesiana, o que torna essa vontade irreduzível a uma série finita de razões.

O segundo capítulo passa então ao exame da tese da livre criação das verdades eternas, na qual o tema da vontade se encontra referido à vontade criadora de Deus. É nela que Ulysses Pinheiro afirma se encontrar o fundamento da atitude ambígua de Descartes com a teologia. Encontrando-se na fronteira entre a filosofia e a teologia, a livre criação das vontades eternas funda a incompreensibilidade e a obscuridade inerente à teologia em um conhecimento compreensível da natureza de Deus. A tensão entre a certeza clara e distinta de que a vontade infinita de Deus deve ser inteiramente livre e indiferente, e a incompreensibilidade dos fins e da razão dessa vontade que cria as verdades, constitui o terreno escorregadio no qual se funda a aversão de Descartes à teologia

Voltando-se às *Meditações*, o terceiro capítulo analisa a relação do *eu* autoral, criado pelo caráter reflexivo do texto, com o *eu penso* instituído pelo cogito. Aqui, o limite da escrita se encontra na natureza corporal e, sobretudo, temporal da linguagem. A escrita, que Descartes frequentemente trata apenas como um auxílio da memória, engaja o leitor em um tempo mental contínuo. Contudo, ao apresentar o cogito, essa atividade mental só se realiza plenamente quando remetida para uma instantaneidade de uma intuição que se encontra para além do tempo e do texto. É nessa discrepância entre duas temporalidades que Ulysses Pinheiro encontra aquilo que faz do *eu* do cogito também uma marca autoral. A distinção de natureza entre a palavra material e o pensamento, entre o tempo da leitura e a instantaneidade da intuição, a escrita torna-se, ela mesma, um problema teórico.

O quarto e último capítulo aborda o tema do ódio. Recorrendo à descrição que Descartes faz da paixão do ódio nas *Paixões da alma*, o autor se pergunta como a atividade da escrita pode se tornar algo odioso. A partir de uma análise pormenorizada de passagens dessa obra, Ulysses

Pinheiro mostra que ao discorrer sobre os limites do que deve ser escrito, Descartes busca compreender também os requisitos, as prerrogativas e o *pathos* da própria escrita. O ódio à escrita é assim apresentado como a expressão afetiva que resulta da dualidade que o texto cartesiano instaura entre o interno e o externo, entre a temporalidade da leitura e a instantaneidade da intuição, entre a materialidade das páginas e a espiritualidade do pensamento.

A abordagem original de Ulysses Pinheiro deixa clara a tensão que se instaura na filosofia cartesiana quando ela se encontra defronte aos limites que ela impõe a si mesma – tensão que não somente se expressa em sua escrita, mais se torna constitutiva dela e, ao mesmo tempo, torna a própria escrita um objeto de elaboração conceitual.